

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00045 Pregão Presencial Nº: 000011

O Município de Alfenas /MG , com endereço à Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85 , CNPJ nº 04.372.444/0001-04 , isento de inscrição estadual, através do seu Pregoeiro, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 00045**, na modalidade **Pregão Presencial nº 000011** do tipo **menor preço por item** cuja Sessão Pública para recebimento das propostas se dará no dia 12 de setembro de 2019, às 09:00 horas, na Sala de Licitações desta Câmara, situada na Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, em Alfenas-MG. A licitação será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 1037 de 09/07/2003 com alterações posteriores e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e no que couber, regida pela Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, e pelas demais condições fixadas neste edital.

I – DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículo zero quilômetro tipo SEDAN, ano fabricação/modelo 2019/2019, fabricação preferencialmente nacional, garantia mínima de 03 anos, motor com potência igual ou superior a 150 CV, combustível gasolina/álcool (flex), câmbio automático (descrição detalhada no anexo IA), atendendo às descrições e quantitativos estimados no anexo I e anexo IA deste edital, que fica fazendo parte integrante do mesmo.

II – DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. – Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

2.2. - Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

a) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou Distrito Federal;

b) estejam sob regime de concordata ou falência;

2.2.1. - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.3. - Poderão participar as empresas interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - CRC da Câmara Municipal de Alfenas, sendo que sua regularidade será confirmada por meio de consulta "ON-LINE", no momento oportuno da licitação.

2.4. - As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontrem cadastradas no CRC da Câmara Municipal de Alfenas, deverão apresentar os documentos relacionados no item 7.1 do Edital, observando-se os respectivos prazos de validade. Já aquelas cadastradas no CRC além da consulta prevista no item 2.3, ficam obrigadas a apresentar o (s) documento (s) relacionado (s) na (s) alínea (s) "e" do item 7.1..

2.5. - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile) autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia, desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo Pregoeiro ou a quem o mesmo designar da Equipe de Apoio.

2.6. - O representante legal deverá apresentar-se ao pregoeiro, na data e hora e local estipulados neste instrumento convocatório munidos dos seguintes documentos:

- a)** Procuração (Modelo anexo IV deste Edital)
- b)** Envelope nº 01 - Proposta de Preços e Especificações técnicas, se for o caso.
- c)** Envelope nº 02 - Documentos Habilitatórios

2.7. A Câmara Municipal de Alfenas resguarda o direito de não aceitar proposta via correio com protocolo daquele órgão.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1.- O Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO em data e hora, especificada neste Edital, dando início ao credenciamento e identificação dos representantes dos proponentes;

3.2. Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único do proponente participante, deverá apresentar-se ao Pregoeiro, quando convocado para credenciamento, devidamente munido de documento de identidade, observando o que se segue:

3.3. O representante legal do licitante deverá comprovar a sua legitimidade para o exercício da função mediante apresentação de documento da empresa (contrato social, registro de firma individual, etc.) ou procuração, da qual deverá constar a outorga de poderes necessários para formulação de propostas e a prática dos demais atos inerentes ao Pregão, inclusive de dar lances, devendo esta vir acompanhada dos documentos de constituição da empresa.

3.4. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo IV.

3.5. O credenciado deverá apresentar, ainda, Declaração conforme modelo do Anexo III.

3.6. OS DOCUMENTOS DE QUE TRATAM OS ITENS 3.2, 3.3 E 3.5 DEVERÃO SER APRESENTADOS ANTES DO INÍCIO DO CERTAME, FORA DOS ENVELOPES.

IV – DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 1.037/2003 e subsidiariamente Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com este edital e seus anexos.

4.2. Na data e hora aprazadas, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da sessão, o interessado ou seu representante legal deverá credenciar-se junto ao pregoeiro na forma dos itens 3.2, 3.3 e 3.5.

4.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e especificações técnicas (ENVELOPE Nº 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 2), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do ENVELOPE Nº 1.

4.4. Após o pregoeiro declarar a abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.

4.5. No ato de encerramento da sessão serão devolvidos os envelopes de habilitação fechados e lacrados, das licitantes participantes e não vencedoras do certame, desde que não tenham sido interpostos recursos ou após manifestação expressa do desejo de não recorrer ou ainda após o julgamento dos mesmos.

4.6. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto a seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

V - DAS PROPOSTAS

5.1. As licitantes deverão apresentar envelope lacrado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

Á
CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS
PRAÇA DR. FAUSTO MONTEIRO, 85, CENTRO
PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2019
ENVELOPE Nº "01" - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, ENDEREÇO E CNPJ

5.2. As propostas, em envelope fechado, deverão ser digitadas, datilografadas ou impressas em formulário contínuo da empresa, ou na forma do modelo de proposta fornecido pela Câmara Municipal de Alfenas, redigidas em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

a) marca e especificações técnicas do item cotado;

b) preços unitários e totais expressos em moeda corrente nacional em algarismos, relativos ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros, e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento dos produtos. Em caso de discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.

c) prazo de validade do(s) produto(s) de acordo com as especificações descritas no objeto deste Edital;

d) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data prevista para a abertura das propostas;

5.3. A oferta deve ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.4. Caso o prazo de validade do produto objeto deste Edital e o prazo de validade da proposta não estejam expressamente indicados na proposta, fica estabelecido que estes prazos serão os estipulados no edital, no item 5.2, alínea “c”.

5.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

VI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

- c) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d) apresentarem proposta alternativa.

6.2. Serão proclamados, pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço unitário, definido no objeto deste edital e seus anexos, e em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àquele, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto no art. 8, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão;

6.3. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor;

6.4. O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

6.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

6.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

6.7. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital, exclusivamente pelo critério de **Menor Valor por item**;

6.8. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito;

6.9. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias:

a) com base no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – CRC e documentação complementar exigida no edital; ou

b) no caso dos não cadastrados, da documentação exigida no edital.

6.10. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital efetuada por item.

6.11. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o item do objeto deste edital;

6.12. Nas situações previstas nos subitens 6.6, 6.8 e 6.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

6.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, grupo de apoio e os proponentes presentes;

6.14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

6.15. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta;

6.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos;

6.17. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e, não havendo lances, o desempate se fará por sorteio;

6.18. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação;

6.19. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou a mesma tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, esta será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

VII - DA HABILITAÇÃO (Envelope nº 02)

Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope lacrado contendo no frontispício os seguintes dizeres:

Á
CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS
PRAÇA DR. FAUSTO MONTEIRO, 85, CENTRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2019
ENVELOPE "Nº 02" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA. ENDEREÇO E CNPJ

7.1. O envelope "nº 02" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

[Contrato Social \(Ato Constitutivo, Estatuto\)](#)

[Certidão Negativa de Débito com a Receita Federal](#)

[Certidão Negativa de Débito com o INSS](#)

[Certidão Negativa de Débito com o FGTS](#)

[Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal](#)

[Inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica](#)

[Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#)

[Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual](#)

[Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT](#)

[Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com até 30 \(trinta\) dias da emissão](#)

7.2. Certificado de Registro Cadastral (CRC) no Município de Alfenas. A apresentação do CRC (Certificado de Registro Cadastral), devidamente atualizado, substituirá todos os documentos acima, exceto: Anexo I – Declaração de atendimento ao art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. A documentação deverá:

- a) **estar em nome da licitante;**
- b) **estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente.**
- c) **referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.**

7.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregoeiro.

8.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 9 do Decreto n.º 1.037/2003 e posteriores alterações, devendo ser protocolado **pessoalmente ou via correio direcionado ao pregoeiro ou a algum membro da equipe de apoio, com AR.**

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das

suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

8.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo desta Câmara, observado o disciplinamento do item 8.3.

8.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Processos Administrativos da Câmara Municipal.

IX – DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.

X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pelo Presidente da Câmara Municipal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
01.01.01.01.031.0100.3001.44905200	Aquisição de veículos Equipamentos e Material Permanente

XII- FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

12.1. A execução do objeto desta licitação será em estrita conformidade ao estabelecido no Anexo II, devendo ser entregue em até 60 dias contados da data da emissão da respectiva "Ordem de Fornecimento" emitida pelo Setor de Compras.

12.2. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo(s), no prazo de 15 (quinze) dias;

12.3. Estando em mora a licitante vencedora, o prazo para substituição do(s) produto(s), de que trata o item "12.2", não interromperá a multa prevista no item 16.1;

XIII – CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. Para execução do objeto desta licitação, o adjudicatário atenderá o seguinte: O objeto será entregue na sede do Poder Legislativo, localizada na Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, nesta cidade, conforme Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras

13.2. As despesas diretas e indiretas, inclusive frete e impostos atualmente devidos por lei correrá por conta do adjudicatário.

13.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser de 1ª qualidade e deverá(ão) obedecer as especificações contidas no Anexo I.

13.4. Resguardar garantias do Código de Defesa do Consumidor para execução do objeto.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento devido ao contratado será realizado à vista da Nota Fiscal Eletrônica/fatura apresentada, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da data final do adimplemento da obrigação. A Nota Fiscal Eletrônica deverá dar entrada diretamente no Setor de Compras da Câmara Municipal de Alfenas.

14.2. A nota fiscal eletrônica/fatura deverá constar o número do Processo de compra, nº da Ordem de Serviço e nº da Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras desta Câmara.

14.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

XV – FISCALIZAÇÃO

Caberá à licitadora, através de um representante nomeado pela Câmara Municipal de Alfenas, exercer a fiscalização sobre o(s) produto(s) adquirido(s) quando de seu recebimento, recebendo-o(s) provisória e definitivamente consoante o disposto no inciso II, alíneas “a” e “b” do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 01 (um) dia, multa diária de 1%;

b) atraso superior a 02 (dois) dias, multa diária de 2%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

16.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Câmara Municipal de Alfenas poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Câmara Municipal de Alfenas;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Alfenas, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor de tesouraria da Câmara Municipal de Alfenas, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

16.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Câmara Municipal de Alfenas.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

17.2. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital.

17.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado, que possa, ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

17.4. O Pregoeiro poderá, no interesse da Câmara Municipal de Alfenas, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

17.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pela Câmara Municipal de Alfenas, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

17.6. São partes integrantes deste Edital:

- Anexo I –** ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO
- Anexo IA -** ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO
- Anexo II –** MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES.
- Anexo III –** MODELO DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO
- Anexo IV –** MODELO CREDENCIAMENTO
- Anexo V –** MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- Anexo VI –** MINUTA DO CONTRATO

17.7. A licitante vencedora será convocada para receber a Ordem de Serviço correspondente aos respectivos objetos desta licitação, ou a mesma será encaminhada por FAX ou e-mail, na forma do disposto no caput do art. 64 da Lei 8.666/93.

17.8. A Câmara Municipal de Alfenas reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

17.9. A Câmara Municipal de Alfenas reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

17.10. O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que arguidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Praça Dr. Fausto Monteiro, nº 85, Centro, Setor de Processos Administrativos da Câmara Municipal de Alfenas, ou pelo telefone (0xx35) 3291-23 49, no horário de 08:00 às 17 horas. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto nº 1.037/2003 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.11. É competente o foro do Município de Alfenas para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Alfenas - MG, 28 de agosto de 2019.

LEONARDO GUIMARÃES GIUSTO

Pregoeiro

ANEXO I

Lote	Item	Descrição	Unid. de Fornec.	Quantidade
	00101463	veículo zero quilômetro tipo SEDAN, ano fabricação/modelo 2019/2019, fabricação preferencialmente nacional, garantia mínima de 03 anos, motor com potência igual ou superior a 150 CV, combustível gasolina/álcool (flex), câmbio automático (descrição detalhada no Anexo IA)	Un	01

ANEXO IA

Veículo zero quilômetro Tipo Sedan, ano de fabricação/modelo 2019/2019. Fabricação preferencialmente nacional, com as seguintes características: Veículo com garantia mínima de 3 (três) anos, motor com potência igual ou superior 150 cv , Combustível Gasolina/álcool (Flex), Câmbio Automático, tração dianteira, carroceria dotada de 04 portas com capacidade para 05 passageiros, inclusive motorista, cor externa Branco, com Freios a disco nas 4 rodas com ABS e EBD; Airbags Frontais, laterais e cortina; Alarme antifurto perimétrico; Câmara de ré; Cinto de 3 pontos para todos os ocupantes; Controle de estabilidade e tração; Assistente de partida em rampa; Faróis com refletores duplos; Faróis de neblina; repetidores laterais das luzes de direção; Luzes de condução diurna;

Desembaçador do vidro traseiro; Travamento central das portas; Sensores de estacionamento dianteiro e traseiro; Ar condicionado automático; Direção assistida; Câmbio Automático com mínimo de 6 marchas; Apoio de braço para motorista; Controle automático de velocidade; Controle elétrico dos vidros traseiros e dianteiros; Ajuste elétrico dos retrovisores; Rodas de liga leve Aro de 17"; Bancos revestidos totalmente em couro; Banco traseiro bipartido e rebatível; Comando interno do porta malas e da tampa do tanque; Porta malas com capacidade mínima de 470 litros; Faróis com acendimento automático; Sistema Multimídia com tela de LCD sensível ao toque com Rádio AM/FM, MP3, WMA, conexão USB, sistema de navegação GPS e Bluetooth; Volante em couro com multifunção; Computador de bordo

ANEXO II - Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e alterações".

"MODELO"

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº . 011/2019

....., inscrito no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº

DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, C.N.P.J/MF nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2019 da Câmara Municipal de Alfenas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local de data,

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV - CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

PROCURAÇÃO

A _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere (m) amplo (s) e geral (ais) poderes para, junto a CÂMARA MUNICIPAL ALFENAS, MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de _____.

(Reconhecer firma)

ANEXO V “MODELO”
(Papel timbrado da empresa)

“PROPOSTA COMERCIAL”

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

EMPRESA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

C.N.P./J/MF:

INSCR. ESTADUAL:

ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIDADE						

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega: _____

Carimbo da Empresa e assinatura do Representante

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº ____/2019

Pregão Presencial nº ____/2019

Contrato nº ____/2019

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram a Câmara Municipal de Alfenas (MG) e a empresa....., tendo por objeto a aquisição de um veículo.

Aos ... (....) dias do mês de de 2019, a CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.444/0001-09, com endereço à Praça Dr. Fausto Monteiro, 85, Centro, Alfenas (MG), CEP.: 37.130-000, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Fábio Marques Florêncio, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com endereço na cidade de _____, Estado de _____, CEP nº, neste ato representado pelo (a) Sr. (a), portador (a) de célula de identidade nº, SSP-, inscrita no CPF sob nº, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato decorrente do Pregão Presencial nº 11/2019, regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 1.037/2003 com alterações posteriores e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no que couber, regida pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1.O presente contrato tem por objeto a aquisição de veículo automotor a ser utilizado no transporte de vereadores e servidores da Câmara Municipal, conforme as condições e especificações técnicas constantes do Anexo V do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: FORMA DE ENTREGA

2.1. O veículo objeto desta licitação deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da respectiva “Ordem de Fornecimento” pelo setor responsável da Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. Dá-se a este contrato o valor total de R\$(.....), fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Recebida pela CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica/Fatura e após as conferências das especificações e acessórios do veículo entregue pela licitante vencedora, o pagamento será realizado à vista, em uma única parcela, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.2. A critério da Administração, poderão ser descontados do pagamento devido os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3. Poderá ser retido o pagamento devido à CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

a) não manutenção das condições de habilitação prevista no item 7.1 do Edital referente à licitação que culminou com este contrato;

b) descumprimento de obrigações contratuais; e

c) irregularidade ou divergência encontradas na Nota Fiscal Eletrônica/Fatura de entrega do veículo.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. Este contrato terá vigência entre a data da sua assinatura e a entrega regular do veículo, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes do Anexo V do Edital.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas seguintes dotações, previstas no detalhamento orçamentário da Câmara Municipal para o exercício financeiro de 2019: Funcional programática: 01.01.01.01.031.0100.3001, natureza da despesa: 4.4.90.52.00, ficha: 00001.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deverá:

7.1.1. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como que venham a ser causados por seus prepostos;

7.1.2. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da entrega do produto requisitado, além de prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

7.1.3. Credenciar junto à Câmara Municipal um preposto para prestar esclarecimentos e atender reclamações que porventura surgirem em relação ao bem adquirido;

7.1.4. Responsabilizar-se-á por todas as providências e encargos trabalhistas, bem como as obrigações estabelecidas na legislação de acidente de trabalho, além das demais despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: taxas, impostos e contribuições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias à adequada entrega do veículo;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem a ser adquirido, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, através de servidor designado para a função;

8.1.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na entrega do veículo, fixando prazo para sua correção.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. O não cumprimento das condições estabelecidas no contrato, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, sujeitará a CONTRATADA, a critério da Administração, às seguintes penalidades:

9.1.1. Pela recusa ou demora em entregar o veículo, quando solicitada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada em dobro de reincidência;

9.1.2. Pela recusa em substituir o veículo, quando verificado algum defeito ou incompatibilidade com as especificações técnicas previstas no anexo V do Edital, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato;

9.2. Todas as multas previstas no item anterior serão aplicadas sem prejuízo da imposição das sanções administrativas e penais previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.3. O valor da multa será descontado do valor do pagamento ainda não realizado; ou será cobrado em processo administrativo e/ou judicial, a critério da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PROCESSO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES

10.1. O processo de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona será iniciado a partir da notificação da CONTRATANTE, que informará à CONTRATADA o motivo do descumprimento e a sanção a ser aplicada.

10.2. Recebida a notificação, a CONTRATADA terá o prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis para apresentação de defesa e/ou justificativa da causa do descumprimento contratual.

10.3. A CONTRATADA, ao receber a defesa e/ou justificativa, avaliará o documento, dando parecer pela sua aceitação ou rejeição.

10.4. No caso de não apresentação de defesa e/ou justificativa, ou no caso de rejeição da apresentada, será automaticamente realizado o desconto do valor da sanção pecuniária aplicável ap caso, conforme estabelecido na Cláusula Nona precedente.

10.5. Todas as comunicações referentes a eventos de descumprimento contratual serão reunidas em um dossiê, que será encaminhado durante ou ao final da execução contratual à Presidência do Legislativo, que poderá, conforme o caso, determinar a abertura de processo administrativo para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

10.6. Ficará a cargo do setor responsável pela gestão e fiscalização da execução contratual a contagem dos prazos, bem como a responsabilidade pelas notificações administrativas cabíveis; serão, no entanto, promovidas à Procuradoria do Legislativo quaisquer irregularidades que não tenham sido resolvidas nos prazos previstos no presente contrato.

10.7. Em todas as hipóteses de possibilidade de aplicação de sanção, assegura-se à CONTRATADA os direitos do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A rescisão deste contrato pode ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduza a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

c) judicial, nos termos legislação vigente sobre a matéria.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou de transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato conforme o disposto no art. 89 da Lei Orgânica do Município de Alfenas, no prazo previsto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento contratual, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Alfenas (MG), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos efeitos, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes legais da CONTRATANTE e da CONTRATADA, além das testemunhas abaixo identificadas.

Alfenas (MG),de de 2019.

(nome)

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE

(nome do representante legal)

(nome da empresa)

CONTRATADA

Testemunhas: Nome: _____ C.P.F. : _____

Nome: _____ C.P.F. : _____